

Agrotecnologia e povos e comunidades tradicionais: resistências e esperança

Samuel Leite Caetano¹

Introdução

Gostaria de falar sobre os direitos de povos e comunidades tradicionais e agrotecnologia, a partir da atuação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Esse Conselho, que é uma comissão de povos e comunidades tradicionais, teve origem a partir da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.² Um dos grandes legados do governo Lula foi colocar esses grupos em diálogo. Acredito que foi a primeira vez que esses povos passaram a ser tratados como sujeitos de direito da política de Estado, frente a grandes desafios.

Talvez o saldo não deveria nem ter sido esse, mas sim o de ter os territórios reconhecidos, de ter a autonomia na gestão dos seus territórios, da sua economia. No entanto, nos colocaram em uma caminhada junto com o Governo para tentar garantir nossos territórios num ambiente, arrisco dizer, que não foi feito pensando para a nossa participação direta. Mas foi o que deu para fazer naquele momento e a gente chegou. Essa comissão contou com a colaboração de muitas pessoas. A ABA contribuiu de forma

1 Geraizeiro — Centro de Cultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) e Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CONPCT).

2 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/politica-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 26/02/2024.

direta, o professor Aderval, várias pessoas, dentre elas o famoso professor Jorge, a Cláudia Carole e figuras históricas também de povos de comunidades tradicionais, que começaram a fazer esse diálogo e tentar essa inserção da política.

Processo de construção do Conselho Nacional de Povos Tradicionais

Feito isso, houve uma caminhada. Começamos essa discussão de virar um conselho de fato, ainda no governo Lula. Criou-se um grupo de transição, que contou com outros segmentos de povos e comunidades tradicionais para fazer essa discussão junto a essa velha guarda que lá estava. Acho que ali foi uma escola para muitos. Enquanto você pega o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais — que tem 28 segmentos — e a juventude, ali você tem uma caminhada muito interessante. Você tem movimentos que vêm das sedes, do campesinato, além de povos e comunidades tradicionais e organizações que estão se formando nesse processo da Comissão. Então, ali há um retrato do Brasil. Tem pessoas mais ligadas à extrema direita, outras com um perfil mais de conciliação, de entender que é assim que se faz. Eu acredito que o Conselho é um espaço muito diverso.

E então houve todo um diálogo com o Governo Dilma. Ficávamos no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); depois houve uma transição, fomos para aquele mega ministério, ficamos encostados num canto e então veio o golpe. A Dilma assinou o decreto de criação do Conselho nos últimos atos dela como Presidente. Depois veio o golpe e ficamos sem lugar. Não estávamos em lugar nenhum. Foi muito difícil esse período para o Conselho. Conseguimos emplacar, com a Agência de Cooperação Técnica Alemã e o Ministério Público Federal, o *Projeto Territórios Vivos*, que contou com uma contribuição muito grande do doutor Wilson, da doutora Sandra e de muitos outros procuradores. Esse projeto foi muito importante para o Conselho continuar existindo.

A proposta da criação de uma plataforma apoiada pelo *Projeto Territórios Vivos* foi apresentada no território da dona Dijé [líder quilombola do Maranhão]. A ideia é fazer um retrato do Brasil, principalmente com os povos e comunidades tradicionais. Não há nenhum registro desse tipo. Se a Marina Silva ou qualquer um que propor criar uma quantidade X de territórios de povos e comunidades tradicionais, uma quantidade Y de geraizeiros... não temos isso mapeado. Existem algumas iniciativas: o mapa, a plataforma. Talvez esse seja um dos grandes legados deixados por essa Secretaria.

Então conseguimos uma reunião presencial. Não me esqueço disso. Estávamos naquele edifício chamado Parque Cidade Corporate, todos animados, fazendo um planejamento do Conselho. Foi quando recebemos a notícia do Decreto do Onyx Lorenzoni [ministro do governo Bolsonaro], que acabava com todos os Conselhos no Brasil (Decreto 9759, de 2019). Aquele foi o momento em que a ficha caiu para nós do que tinha acontecido no país de fato, principalmente em relação aos povos e comunidades tradicionais. Foi um momento de muita luta, inclusive muitos movimentos nos acusam de capengas, pelegos, porque resolvemos ficar nessa ponte, fazendo esse trabalho de segurar a onda e tentar articular com o Governo para não acabar com o Conselho.

Tivemos o processo de eleição virtual, no qual nove segmentos conseguiram ser eleitos. Imagine a dificuldade: fazer reunião virtual com povos e comunidades tradicionais. É muito difícil! Colocar a Célia, uma pescadora, na frente do computador por seis horas, com a internet caindo, a família cozinhando... Para nós já é difícil, imagine para os parentes de povos e comunidades tradicionais. Mas conseguimos resistir a esse período todo, graças a todo o processo muito forte de articulação. A ABA, o Ministério Público Federal e muitos outros parceiros contribuíram para isso e penso que hoje, principalmente os grandes movimentos, conseguiram perceber a importância de a gente demarcar esse espaço.

Nos chamavam de pelegos: “Para que ter um conselho nesse governo?”. Eu respondia: “eu também não sei, estou junto com a galera, e o que a

maioria deliberou, fizemos. Eu também tenho as minhas críticas, entendo o ambiente que estamos, mas entendemos o quanto o coletivo é importante. A gente deve permanecer e vamos permanecer, e vamos ver o que que dá, né? Lá pra frente a História vai dizer”.

Esses nove segmentos que foram eleitos conseguiram a recondução dos outros, então o Conselho ficou completo, só que ficou sem lugar. Ficamos sem casa, de novo. Saiu há poucos dias o decreto da nossa recondução para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA). Conversando com uma companheira, falei: “a gente fez tudo achando que estava tão legal, mas a gente esqueceu de botar a Superintendência de Patrimônio da União, porque mudaram todas as estruturas, né? Vai ter que ser feito esse adendo da importância de ter a SPU”. Na última reunião com a Edel Moraes [Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA], falamos sobre isso.

Chegamos, então, nessa recondução. Conseguimos a criação de três secretarias: a Secretaria de Políticas Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos; a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA; e a Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais, que fica no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vejo isso como um avanço muito grande, usando a ótica de quem acompanhou o desmonte do Governo Bolsonaro. Mas, olhando a correlação de forças desse governo, é algo quase irrisório. No dia em que estávamos lá no MMA, ocorreu uma grande reunião. Conversamos e eu ainda falei que o “teto” não pode ser o governo passado, porque qualquer coisa que fizerem vai ser melhor, afinal não teve nada no anterior. É mais interessante olhar para os Governos Lula e Dilma e não cometer os mesmos erros, principalmente na questão dos territórios e com essa lupa de fora para cima dos territórios.

Agrotecnologia, mudanças climáticas e os povos e comunidades tradicionais

É preciso também ter sensibilidade para perceber o quanto a pandemia acelerou o impacto das mudanças climáticas na vida dos povos de comunidades tradicionais. Eu brinco com o Carlinhos, que se intitula pescador: “Carlinhos, eu também sou pescador, eu vim do Cerrado, sofrendo pra caramba. Tá tendo um outro evento ali, da CoopCerrado... mais uma vez nós, do Cerrado, temos que fazer... a gente não quer nem um palmo da Amazônia derrubado, só que a gente não quer que o Cerrado seja zona de sacrifício, mais uma vez, para botar o agronegócio pra cima da gente. Assim, a gente lá no Cerrado não sabe qual é o ponto irreversível do Cerrado hoje”.

Eu sei que eu venho de uma região de Minas Gerais que tem veredas que não jorram mais e que o lençol freático já abaixa um metro por ano. Hoje não tem mais água de superfície das comunidades que a gente acompanha. Já está em curso um processo no Cerrado extremamente perigoso. Se a gente continuar apostando na mineração, sem imposto para alavancar o país, vai ser muito ruim. A nossa dificuldade como povos e comunidades tradicionais, em todos os diálogos, é que tentamos explicar o óbvio. E quando o óbvio não é suficiente, quem sou eu para convencer alguém em alguma coisa?

Entendemos todas as alianças que o Lula teve que fazer para juntar no palanque. Sabemos o que isso representa para nós, povos de comunidades tradicionais. Até foi visto como uma figura muito legal e revolucionária diante do que estávamos vivendo nessa democracia tão frágil, mas sabemos quais os interesses que essas pessoas representam. Esse outro lado, que é muito mais nefasto, está extremamente articulado.

Estou falando do Ricardo Salles, que foi eleito, o Zé Trovão. Como nós, povos e comunidades tradicionais, vamos caminhar com esse governo? Esse é um grande desafio; é, o tempo todo, jogar a água fora sem a criança, porque esse flanco de proteger a democracia vai ficar muito forte. Como sair dessa democracia adormecida para o processo, de fato, de um

país que tem uma democracia séria? Sabemos que, em qualquer outro lugar do mundo, eu imagino, o Bolsonaro estaria preso. Aquela deputada que sacou uma arma e apontou para o negro não tomaria posse. Estamos nesse país. Como que a gente vai lidar com isso?

Uma das coisas que os povos e comunidades tradicionais têm que fazer é um processo de unificação muito grande, com a pauta correta. O que que queremos de fato? Qual é a nossa pauta? A nossa pauta é o território, não queremos dialogar com o minerador. E construir uma extrema-esquerda forte para combater uma extrema-direita que está em curso. A extrema-esquerda pode ser de vários modelos; pode ser de Antônio Conselheiro a Ghandi. Penso que precisamos ser espertos para saber de onde partimos e como caminhamos. É importante estar aqui construindo com a Edel Moraes, que é uma companheira, e dando retaguarda pra ela no MMA, pressionando o Lula. Mas também estou ciente de tudo que precisamos fazer para garantir que as nossas pautas avancem.

Essa mineradora no Norte de Minas vai acelerar o processo de des-certificação em curso, eu tenho certeza disso. Talvez em cinquenta anos. A forma como isso vai ser feito é terrível e aí os estudos apontam que isso não tem problema. Penso que os protocolos são algo muito interessante. Estamos usando os protocolos nas comunidades veredeiras, mas eu acredito que temos que avançar para coisas mais contundentes. Um caminho talvez seja criar um coletivo de organizações que construa contra-laudos pesados desses grandes empreendimentos. Se não for isso, o protocolo é massa, é bacana, mas é uma forma de agitar a comunidade. Se os povos e as comunidades tradicionais não contarem com uma galera “cabeçuda”, que inclui a ABA, a geografia, a biologia, a agronomia, a gente não vai conseguir ganhar a narrativa, porque as licenças são fatiadas. E a história que é contada é aquela velha história de 1500: o processo resulta na emancipação financeira dos lugares.

Então, entra muito essa questão da economia. Há vários geraizeiros que são a favor da mineradora. E eles não deixam de ser geraizeiros; não podemos excluir esses companheiros por isso, porque eles visam a questão

do desenvolvimento (“ah, vai melhorar a minha vida”). Essa história foi contada em 1500 e ela é recontada todos os dias de outras formas.

Então, eu penso que o grande desafio desse processo da reconstrução, primeiro, é retomar o diálogo com os povos; não sabemos mais fazer isso. É importantíssimo. Foi preciso um velhinho de quase setenta anos para concorrer com um cara que protagonizou o que talvez seja o maior esquema de corrupção do planeta Terra — que se chama orçamento secreto. Com tantas *fake news*, nós conseguimos apenas empatar o jogo. E agora? Como vamos fazer esse processo de reconstrução com esse tanto de fatiamento? Como que a gente vai surfar nisso? Fazendo uma oposição.

Entendo a fragilidade do que está colocado, inclusive para o Estado Democrático de Direito. Há um desafio gigante para os povos e comunidades tradicionais. Eu volto a frisar: precisamos ainda mensurar o impacto da pandemia e das mudanças climáticas nas comunidades. Eu falava do Carlinhos; toda comunidade tradicional é pescadora. Isso é bíblico — se eu não me engano, Jesus fez uma multiplicação de peixes. Eu falo da minha comunidade: eu sou um geraizeiro que era pescador; o rio que passava no fundo da minha casa, que é o Rio São Lamberto, não tem mais água.

Para eu mostrar para um menino de sete anos que peixe vem do rio, tive que fazer um pequeno açude para ele entender que o peixe vem dali. Estamos perdendo os nossos hábitos, as nossas práticas alimentares, nesse processo de mudanças climáticas que vem acontecendo. Nós somos uns dos primeiros a sentir isso, vem de forma gigante pra cima de nós. Com a pandemia, com a escassez e com o desmonte dos programas e políticas públicas, a fome chegou. Estamos com fome.

O que está acontecendo com os indígenas é um retrato dos povos e comunidades tradicionais. Se a seca tiver entrado agora no norte de Minas, vai haver um processo de saqueamento de supermercados, porque não se colheu nada. O que foi plantado se perdeu com a primeira chuva. O que se plantou para a segunda, o sol matou. E não tem mais nenhuma política de retaguarda ainda. Tomara que se retome isso para continuarmos caminhando.

Considerações finais

Por fim, tenho muita esperança, mas é uma esperança em termos de utopia. Se eu for pensar por outro ângulo, talvez eu nem tenha muita esperança, porque o que está acontecendo nesse governo atual está muito parecido com o que aconteceu nos outros dois, muito parecido. Mas o cenário é muito diferente; nos outros dois, o cenário era muito mais favorável e esse de agora é extremamente complicado. Se não houver uma postura, talvez, de endurecimento e de separação mesmo da água do óleo, eu não sei pra onde vamos, principalmente com essa questão dos nossos territórios.

Se começarmos a criar territórios como resposta de uma demanda que está posta, sem pensar a gestão desses territórios, sem pensar o processo de fome, sem pensar na economia dos povos e comunidades tradicionais extremamente fragilizados, é talvez até mais temerário. E teremos vários níveis de conflito, porque esse pessoal está armado com a bíblia debaixo do braço, conversando com todo mundo, todos os dias, nesse projeto neopentecostal. Eles estão nos nossos territórios e agora eles estão no nosso seio familiar.

Quando a briga era contra a Vale, era mais fácil. Quando se começa a brigar com um grupo que faz roubo do minério, em que seus primos estão envolvidos, que o primo do pastor também está, é muito mais complicado. Você suja as mãos de sangue com os seus, como sempre aconteceu. Tomara que consigamos uma mudança de pensamento, de entender que precisamos dar um freio na economia, repensar muita coisa e construir políticas estruturantes.

Na última conversa que eu tive com a Marina Silva, ela falou: “a gente fez muita coisa na última vez que a gente esteve aqui, só que era muita coisa fácil de derrubar. A nossa ideia agora é fazer poucas tarefas, mas tarefas mais estruturantes que, se outro entrar, não vai derrubar com tanta tranquilidade”. Eu queria que tivesse outros ministros como a Marina; pena que não temos. Seguiremos nesse processo de resistência enquanto povos e comunidades tradicionais, porque os nossos corpos dependem dos nossos

territórios para sobreviver. Eu espero muito que chegue um dia que, se eu for falar, eu não venha falar em resistir. Isso é horrível! Não vou romantizar isso.

A resistência dos povos e comunidades tradicionais é caríssima, é horrível. Eu quero sentar em um boteco na minha cidade, tomar uma cerveja, comer um peixe frito, sem ficar com medo de tomar um tiro de um ex-policia. Eu quero um dia sentar tranquilo e não cogitar ter uma arma para minha proteção e de um companheiro, tamanha a ausência do Estado. Tomara que consigamos chegar nesse dia. Sou esperançoso, muito esperançoso. E vamos adiante. Que esses 120 dias sejam bem-sucedidos e que tenhamos outros governos progressistas, com quem, pelo menos, o diálogo seja possível. Essa é a esperança.